SICOOB PAULISTA
Instituição Financeira Cooperativa

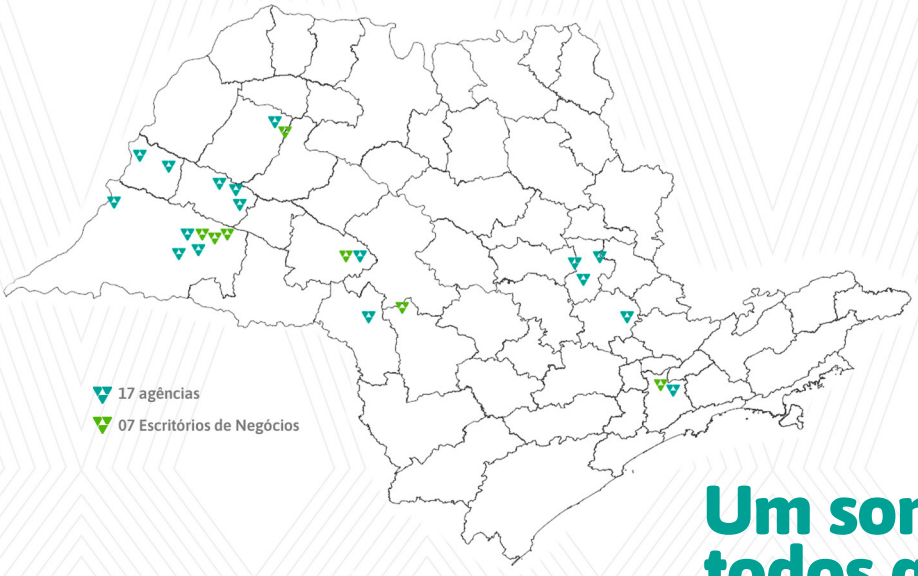
15 anos

15 anos de
transparência
com você!

15 anos de HISTÓRIAS

histórias do Sicoob Paulista
histórias feitas por você
histórias de orgulho e admiração

- Respeito e valorização das pessoas
- Cooperativismo e sustentabilidade
- Liderança inspiradora
- Intercooperação
- Eficácia
- Ética e integridade
- Inovação e simplicidade



Um sonho de todos que se tornou realidade!

A primeira agência do Sicoob Paulista foi inaugurada em agosto de 2008, de maneira bem improvisada, dentro de uma salinha na Associação Comercial de Presidente Prudente, com apenas duas funcionárias. Era o início de uma história!

As associações comerciais que deram apoio à construção da Cooperativa também já queriam os seus próprios pontos de atendimento, então em julho de 2009 foram construídas outras agências, nas cidades de Osvaldo Cruz, Regente Feijó, Presidente Epitácio, Rancharia, Adamantina, Panorama, Garça, Araçatuba, Santa Cruz do Rio Pardo e Pirapozinho.

Desde o início foi um desafio muito grande, mas no geral sempre muito assertivo. O Sicoob Paulista tem em sua história alguns grandes feitos, como dobrar o tamanho de mercado em apenas dois anos, por isso é muito respeitado por todos, assim como todos seus profissionais.

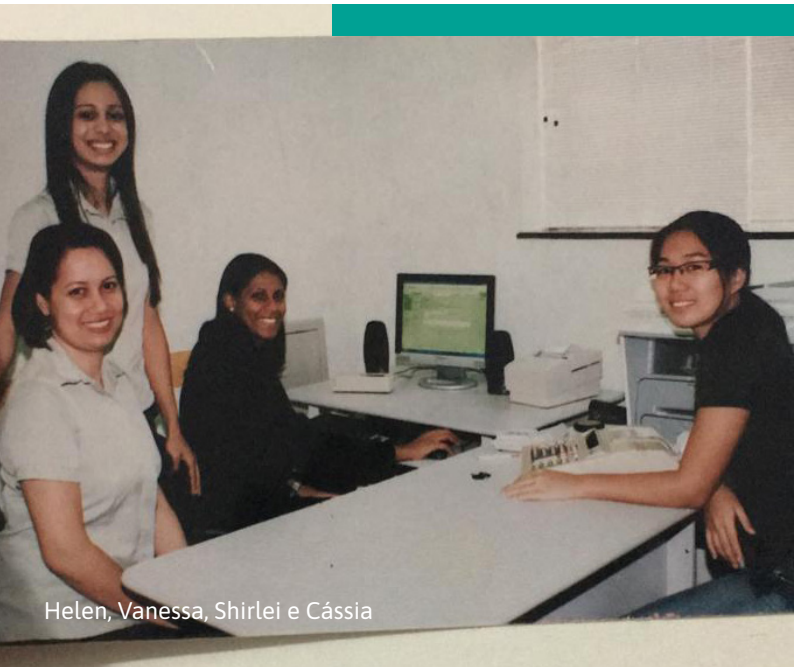
Com uma evolução cada vez maior, o Sicoob Paulista cresceu e chegou em outras cidades, como: Araras, Barra Bonita, Birigui, Campinas, Dracena, Lucélia, Osasco, Rio Claro, Santa Gertrudes e São Paulo.

Hoje, com mais de 200 profissionais, 37 mil cooperados, 920 milhões de ativos e 21 postos de atendimento, o Sicoob Paulista se fortalece e cresce cada dia mais. E você faz parte dessa história!

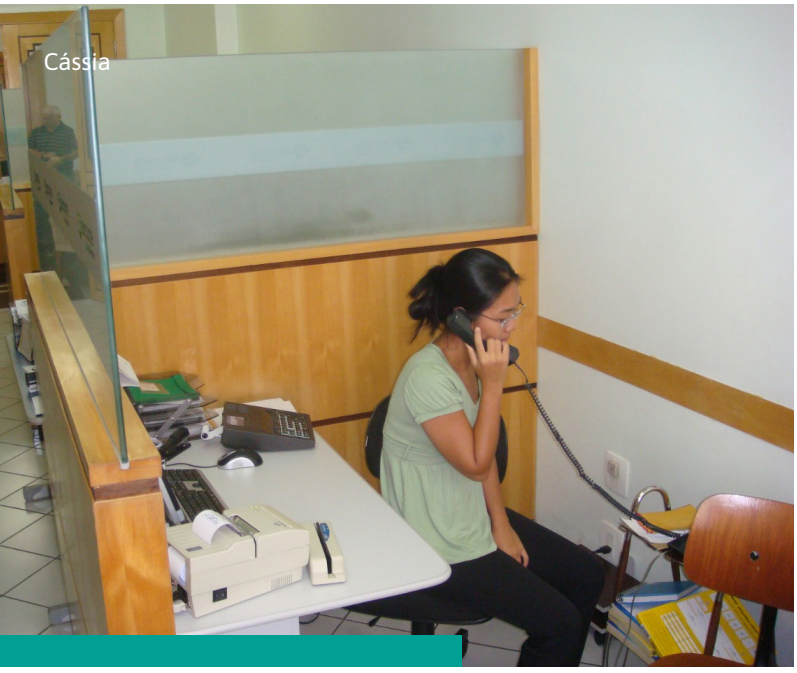
Sumário

Histórias feitas com você! Como tudo começou?	4
Conquistas e mais conquistas	6
15 anos da família Sicoob Paulista	7
2022. Um ano com grandes desafios e muitas conquistas	8
Ganho social do Cooperado em 2022	9
O que podemos esperar para 2023, um ano tão especial?	10
Grandes Números Sicoob Paulista	11
Relatório da Administração 31 de dezembro de 2022	18
Parecer do Conselho Fiscal	22
Parecer da Auditoria	23
Balanço Patrimonial - BP	26
Demonstração das Sobras ou Perdas	27
Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido - DMPL	29
Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC	32
Notas Explicativas	33

Histórias feitas com você!
Como tudo começou?



Helen, Vanessa, Shirlei e Cássia



Cássia

Todas as cooperativas de crédito começam com o objetivo de tentar suprir as necessidades de um grupo de pessoas. E com o Sicoob Paulista não foi diferente!

No ano de 1998, as principais receitas das Associações Comerciais vinham do banco de dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), o que respondia a 90% das receitas das ações. Mas, o que aconteceu com essa base de dados? Ela precisava se unificar, porque cada cidade tinha a sua própria base, então essa nova proposta foi um grande remédio para a aprovação de cadastro. Dessa forma, o tempo de resposta em ações como essa **diminuiu o atendimento às pessoas em cerca de 30 minutos para 30 segundos**. Uma evolução muito grande!

E por que citamos isso? É que, assim como essa pauta, depois de muitas reuniões, um novo assunto também surgiu entre as Associações Comerciais, que foi ele: **quais são as principais dores dos empresariados?** Logo encontraram uma resposta para essa grande dúvida, que tudo estava relacionado ao **tratamento financeiro que estes recebiam**. Com isso, uma nova pergunta começou a surgir: será que nós conseguimos constituir um braço financeiro para esses empresários? Com esse pensamento, começou-se a cogitar e dar uma atenção especial a essa nova proposta.

Nessa época, existiam outras Associações Comerciais interessadas no projeto da Cooperativa. Algumas cidades, como Garça, Santa Cruz do Rio Pardo e Pirapozinho, até tinham os seus próprios projetos, assim como a cidade de Araçatuba, que contava com o apoio da Associação Comercial e de duas fortes entidades. Porém, mesmo com projetos próprios, **o banco central os orientava que o projeto de uma cooperativa a nível local não representava um grande sucesso e por isso algo precisaria ser feito a nível regional**. Com isso, todas as associações se uniram, com os mesmos interesses de fortalecimento e crescimento, para colocar em prática o projeto do Sicoob Paulista.

Em **2008** foi produzida uma **carta de apoio**, com a **assinatura das 25 Associações Comerciais** que fizeram parte da fundação do Sicoob Paulista, que são elas: **Adamantina, Álvares Machado, Dracena, Euclides da Cunha Paulista, Flórida Paulista, Garça, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Paulicéia e Santa Mercedes, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Rancharia, Regente Feijó, Rosana e Primavera, Santo Anastácio, Teodoro Sampaio, Tupi Paulista.**

Com a ideia do projeto em ação, foi realizada uma reunião das Associações Comerciais na cidade de **Franca**, onde foi apresentado a cooperativa de crédito desta cidade. Mas, existia apenas um problema: ela era totalmente segmentada e só atendia o setor calçadista. Após isso, os profissionais das Associações Comerciais saíram da reunião com a ideia de estruturar e estudar tudo sobre aquele assunto, de uma forma com que pudessem entender de uma forma melhor e com o objetivo de mudar a legislação. E assim foi feito. Muito rapidamente o banco central realizou a alteração, **permitindo o atendimento de uma cooperativa a vários segmentos**. Dessa forma, os profissionais começaram a colocar toda a ideia em prática.

Enfim, **deu-se início o projeto da Cooperativa de Crédito Sicoob Paulista**, de uma forma com que pudessem contemplar com seus trabalhos toda a regional de Presidente Prudente. Geralmente, os projetos demoravam cerca de três a quatro anos para serem aprovados, mas o período de aprovação do projeto do Sicoob Paulista durou apenas oito meses, o que já começou com um sucesso!

Então, em **maio de 2008 recebeu-se o ofício com a aprovação e a solicitação** de 90 dias para colocar a cooperativa para funcionar. Em **25 de agosto de 2008 foi realizada a inauguração, em uma sala da Associação Comercial de Presidente Prudente**. A partir daí o Sicoob Paulista só cresceu cada vez mais, afirma-se isso com a evolução da cooperativa, dobrando de tamanho em apenas dois anos.

Conquistas e mais conquistas

No primeiro ano de Cooperativa, o Sicoob Paulista já tinha atingido as premissas do projeto para três anos. Com isso, percebeu-se também que era necessária uma maior profissionalização da sua equipe. Em 2011 foi implantada a Governança, com a chegada de um novo Diretor.

Com a cooperativa já atuando, começou-se um relacionamento com a **Associação Comercial de Campinas** e sua atual cooperativa de crédito, que não estava com resultados tão positivos. Com isso, em um encontro, foi proposto ao Sicoob Paulista visar **a possibilidade de junção com a Cooperativa de Campinas**. Rapidamente, no ano de **2013**, foi realizada uma Assembleia Conjunta de Incorporação, no qual a Cooperativa passou a integrar o Sicoob Paulista.

E não parou por aí! Ano após ano o Sicoob Paulista foi conquistando novos desafios e crescendo cada vez mais. Em **2014**, com apenas seis anos, a cooperativa já contava com **mais de 42 milhões de ativos**. Este também foi o ano em que **ganhou um novo Presidente, o Sr. Edson Sugawara**.

E então, em **2017**, aconteceu outro fato extremamente importante para a sua história. Com uma maior aproximação da **Associação Comercial de São Paulo**, surgiu a oportunidade de união com a **Cooperativa dos Médicos**, da Sicoob da Grande São Paulo, com o objetivo principal de gerar uma maior de escala, já que esta cooperativa contava com uma excelente área de atuação e com mais de 30 munícipios em torno. Depois de realizadas todas as tratativas, a incorporação da Sicoob Grande São Paulo e Sicoob Paulista foi concretizada.

E mais uma vez o Sicoob Paulista ampliou! No ano de **2019** aconteceu outra importante união, agora com a **Crediacirc**, a **Cooperativa de Crédito de Rio Claro**. E esse foi um fator muito interessante, já que este foi o primeiro e único caso de duas cooperativas que se uniram mesmo com bons resultados, em prol de um propósito maior, de se fortalecer e crescer rapidamente. Pode-se dizer que, com isso, o Sicoob Paulista teve um ganho de escala surpreendente, fazendo com que a cooperativa c**onquistasse muitas posições em seu ranking estadual e no Sicoob Nacional**.

E a história continuou... Passamos pelo 1° Ciclo de Planejamento Estratégico, pela 1ª Convenção para a adoção de delegados e recebemos as certificações Great Place to Work - GPTW, FEEx e Melhores Programas de Estágio do CIEE.

O que os 15 anos nos reserva?
Vamos escrever juntos?

Edson Sugawara
Presidente do Conselho
de Administração

15 anos da família Sicoob Paulista

O que falar de 2022? Independente do cenário cooperativista ou até do cenário político que enfrentamos no último ano, aconteceram muitas coisas gratificantes! Um exemplo que podemos citar está na **fusão das centrais, Unimais e Rio, união que gera muito mais agilidade aos processos da cooperativa, além de, claro, aumentar a nossa força.**

Outro fator muito importante que podemos perceber com o ano passado, é que, embora muitas coisas que estavam acontecendo estivessem fora do nosso controle, nada disso comprometeu o nosso crescimento. **E esse é um trabalho que já estamos construindo há muito tempo, mais especificamente, há 15 anos.**

Uma coisa eu sempre digo, o Sicoob Paulista não está preparado para pequenos desafios. Nós estamos preparados para grandes desafios! A prova disso é o crescimento do Sicoob Paulista, que ainda tão jovem, já ocupa posições muito importantes. 2022 é um grande aprendizado para todos nós, mas quando focamos em soluções as coisas acontecem. E nós, da família Sicoob, trabalhamos muito para isso.

As perspectivas para este ano de 2023 não são diferentes dos demais. É claro que desafios e provocações irão acontecer, assim como todos os outros, mas com toda a nossa **experiência e foco**, temos grandes possibilidades de lidar com as oportunidades. Diante do porte que construímos, hoje podemos **trabalhar de maneira muito forte para gerar benefícios para a sociedade**.

Antes de finalizar, gostaria de dizer que palavras não completam o que eu sinto pela família Sicoob Paulista. Minha gratidão é enorme e qualquer palavra não será capaz de preencher aquilo que eu sinto. Isso tudo é graças a nossa sinergia, perante todas as pessoas que trabalham, se esforçam e garantem resultados para a cooperativa. Então, é isso, mesmo que eu tente falar, minhas palavras não estarão completas, ainda irão faltar muitas declarações para contar o que a gente sente em nosso coração.

Com carinho,
Edson Sugawara

Edson Sugawara e Antonio Souza

2022

Um ano com grandes desafios e muitas conquistas

2022, apesar de ser um ano com muitos desafios, também foi um período que nos trouxe grandes conquistas. No último ano o conselho aprovou a capacitação da equipe através das "4 disciplinas de execução", para a captação de recursos, o que foi fundamental para aumentar o nosso capital social, a utilização da conta corrente de cooperados e as aplicações do saldo e poupança, nas linhas de Recibo de Depósito do Cooperado (RDC), Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). Essa grande virada de chave começou a acontecer em março de 2022!

Com isso, a equipe toda esteve focada em aumentar a captação de recursos, o que consequentemente gerou um aumento no número de ativos, um dos principais desafios que ainda temos pela frente!

Também passamos por algumas dificuldades, nada diferente de outros anos e lugares. Mas, mesmo assim, conseguimos evoluir de forma muito produtiva, além de manter os nossos números. Encerramos o ano com um bom resultado diante de um cenário econômico difícil, como um todo.

E claro, mantemos nossas certificações Great Place to Work - GPTW, FEEx e recebemos o prêmio de Melhores Programas de Estágios do CIEE. Estamos felizes e evoluindo muito quando o assunto envolve a capacitação de pessoas!

Para encerrar, não podemos esquecer do principal desafio de 2022 e de todos os outros anos: **levar para o cooperado o melhor serviço financeiro**. Esse sempre será o lema do Sicoob Paulista, o qual seguiremos trabalhando firmes para manter.

Ganho social do cooperado em 2022

O resultado, fruto de uma cooperação, é o **ganho social**. Este tema representa a economia, geração de renda e desenvolvimento para as comunidades, isso porque afeta positivamente o bolso de todos os cooperados diante das movimentações na cooperativa.

O ganho social é formado pela **soma dos ganhos diretos e indiretos dos cooperados**. Chamamos de ganhos diretos aqueles que são compostos pelas sobras brutas da cooperativa ao final do exercício e ganhos indiretos a economia com taxas e tarifas praticadas pela cooperativa em comparação com os bancos.

No ano de **2022**, o Sicoob Paulista teve um **ganho social total de R$112.106.026** e um **valor economizado em média de cooperado ativo de R$4.051.**

O que podemos esperar para 2023, um ano tão especial?

Sérgio Nascimento
Diretor Geral

Antes de falar sobre o ano de 2023, gostaria de citar 2022. Vejo que temos muito a celebrar, 2022 foi um ano extremamente desafiante, tanto econômico quanto politicamente, mas foi um momento em que a cooperativa cresceu. Mesmo com toda a complexidade, conseguimos atingir os nossos principais resultados.

Focamos muito em cuidar das nossas pessoas, dos nossos profissionais, fomos certificados novamente pelo GPTW, premiados como um dos lugares mais incríveis para se trabalhar e ainda tivemos o reconhecimento de um dos melhores programas de estágio do Brasil, um projeto que temos bastante orgulho, já que dessa forma fomentamos o início de carreira na nossa região.

Falando de 2023, o nosso principal foco está na experiência do nosso cooperado, fazendo com que a jornada dele dentro da cooperativa se torne cada dia melhor. E como vamos trilhar esse caminho? O primeiro ponto é focar nas pessoas, precisamos de pessoas felizes, satisfeitas, que tem paixão em

servir e cuidar do nosso cooperado. O segundo passo, é que precisamos contar com processos eficientes. Não estamos falando em burocratizar, mas sim trazer agilidade, rapidez e uma melhor experiência para todos. Dessa forma, podemos afirmar: o principal foco para este ano é melhorar a experiência do cooperado em todos os canais, nas agências, no relacionamento, nas visitas, no telefone e até nos canais digitais. Vamos cuidar da experiência como um todo!

E não podemos esquecer da celebração deste ano tão especial. Assim como eu, todos nós somos muito gratos aos idealizadores e fundadores do Sicoob Paulista. Muitas pessoas sonharam com a cooperativa, então meu primeiro ponto sempre será a gratidão.

Eu enxergo que hoje temos a missão de consolidar um sonho lá de trás e construir a perenidade do Sicoob Paulista. Somos uma das cooperativas que mais cresceram proporcionalmente, em 15 anos estamos entre as maiores cooperativas do Brasil e uma das maiores do sistema Sicoob. Temos uma história extraordinária!

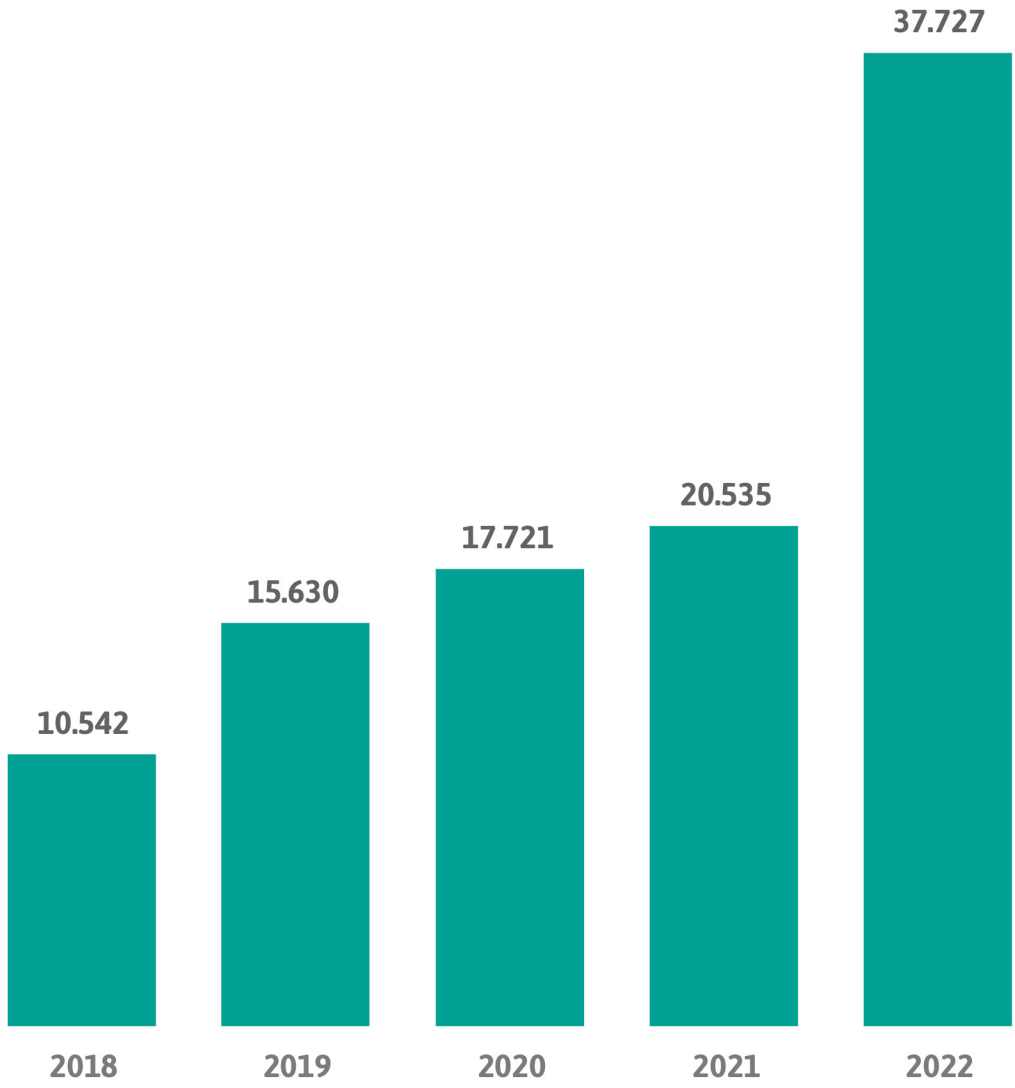
Finalizando, gostaria de parabenizar todos os nossos profissionais, dirigentes, cooperados, fornecedores e toda a comunidade que acolheu o Sicoob Paulista. Que possamos celebrar muitos aniversários! Estamos atingindo uma marca histórica e nosso papel é fazer com que a cooperativa se torne perene, sempre cuidando de todos em nossa volta.

Sérgio Nascimento
Diretor Geral

Grandes Números

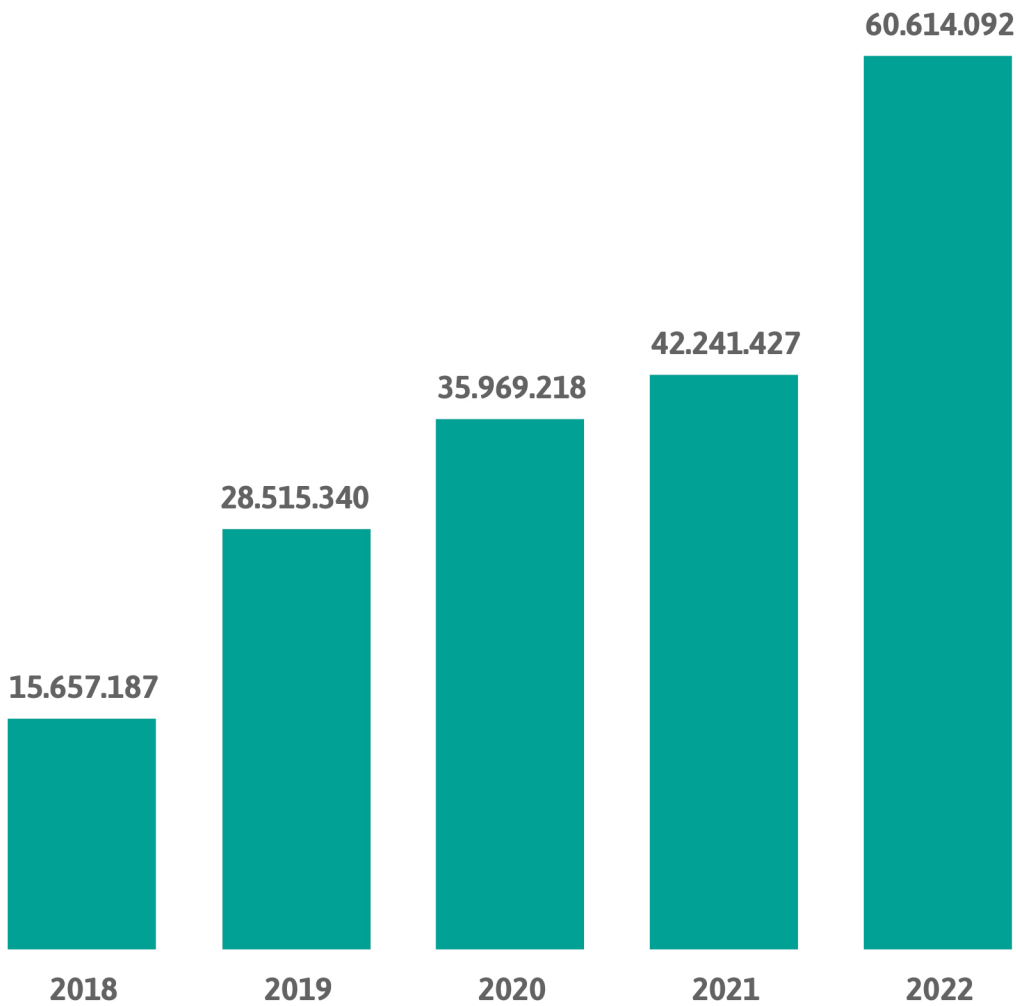
Sicoob Paulista

Cooperados



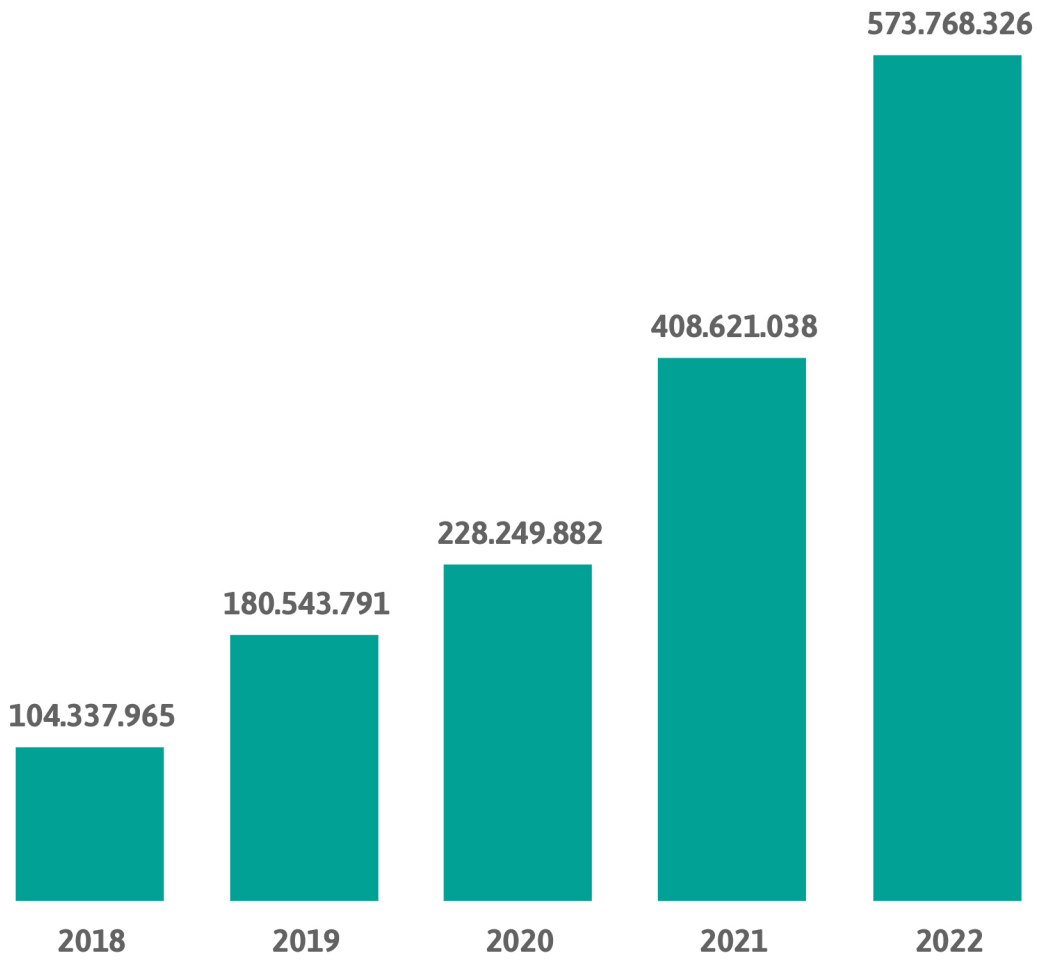
Fonte: SISBR Plataforma de Apoio a Decisão

Capital Social



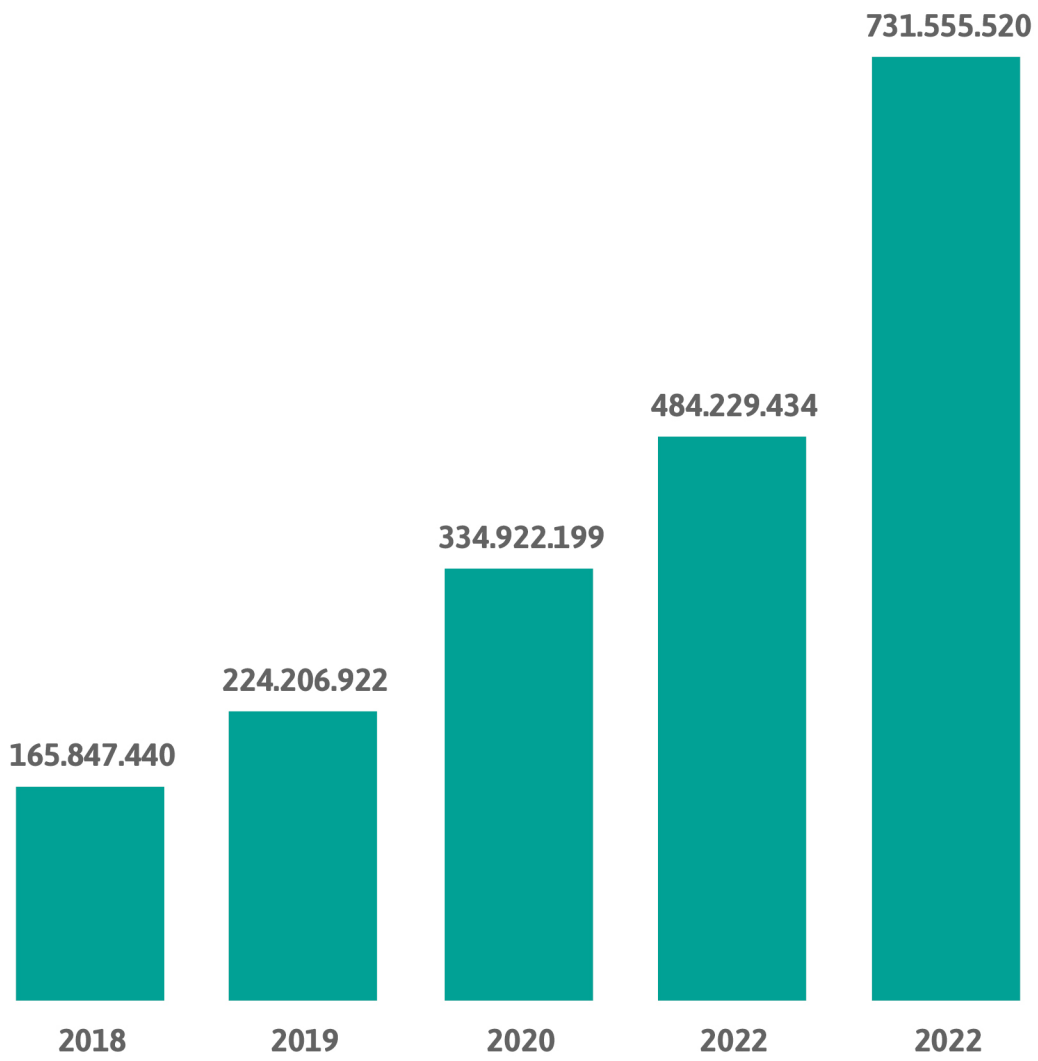
Fonte: SISBR Plataforma de Apoio a Decisão

Crédito



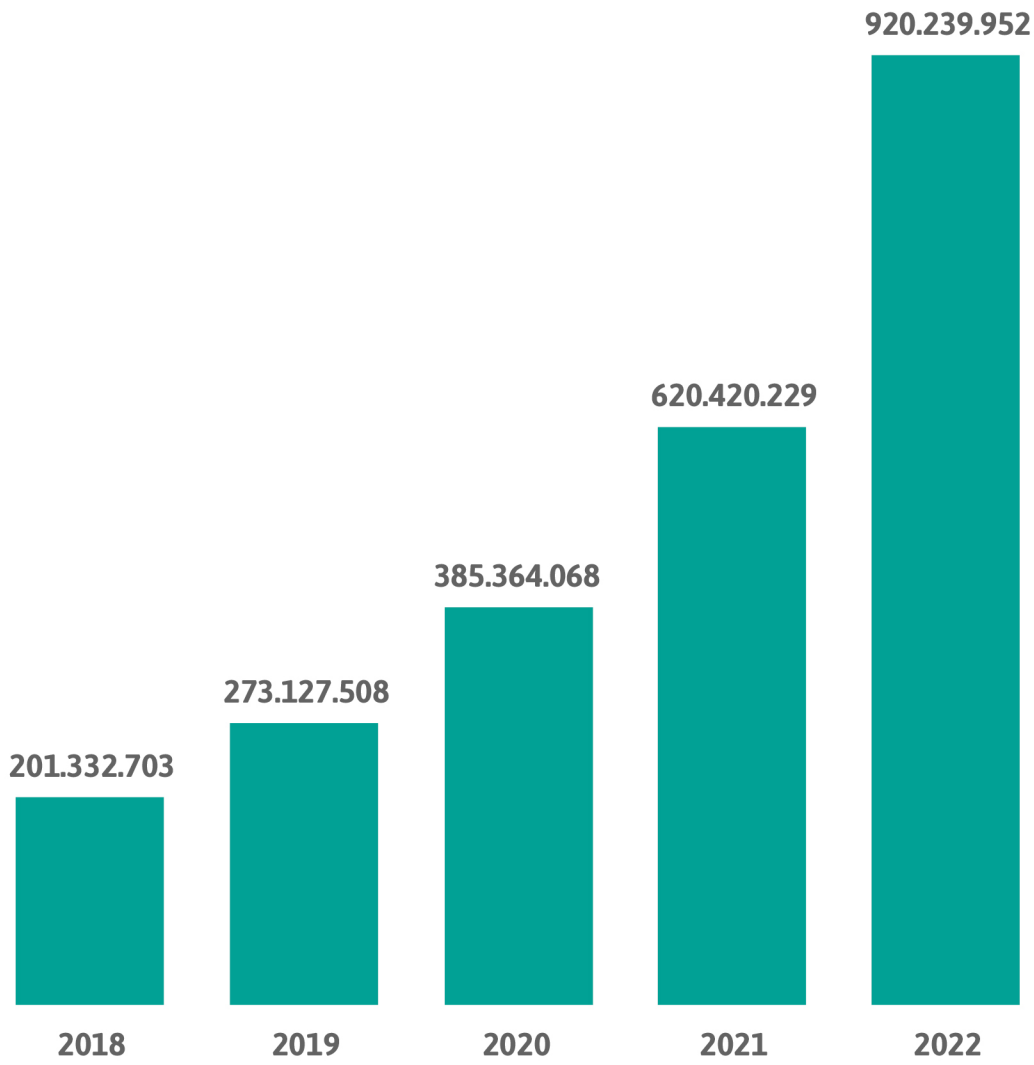
Fonte: SISBR Plataforma de Apoio a Decisão
12/2021

Depósitos



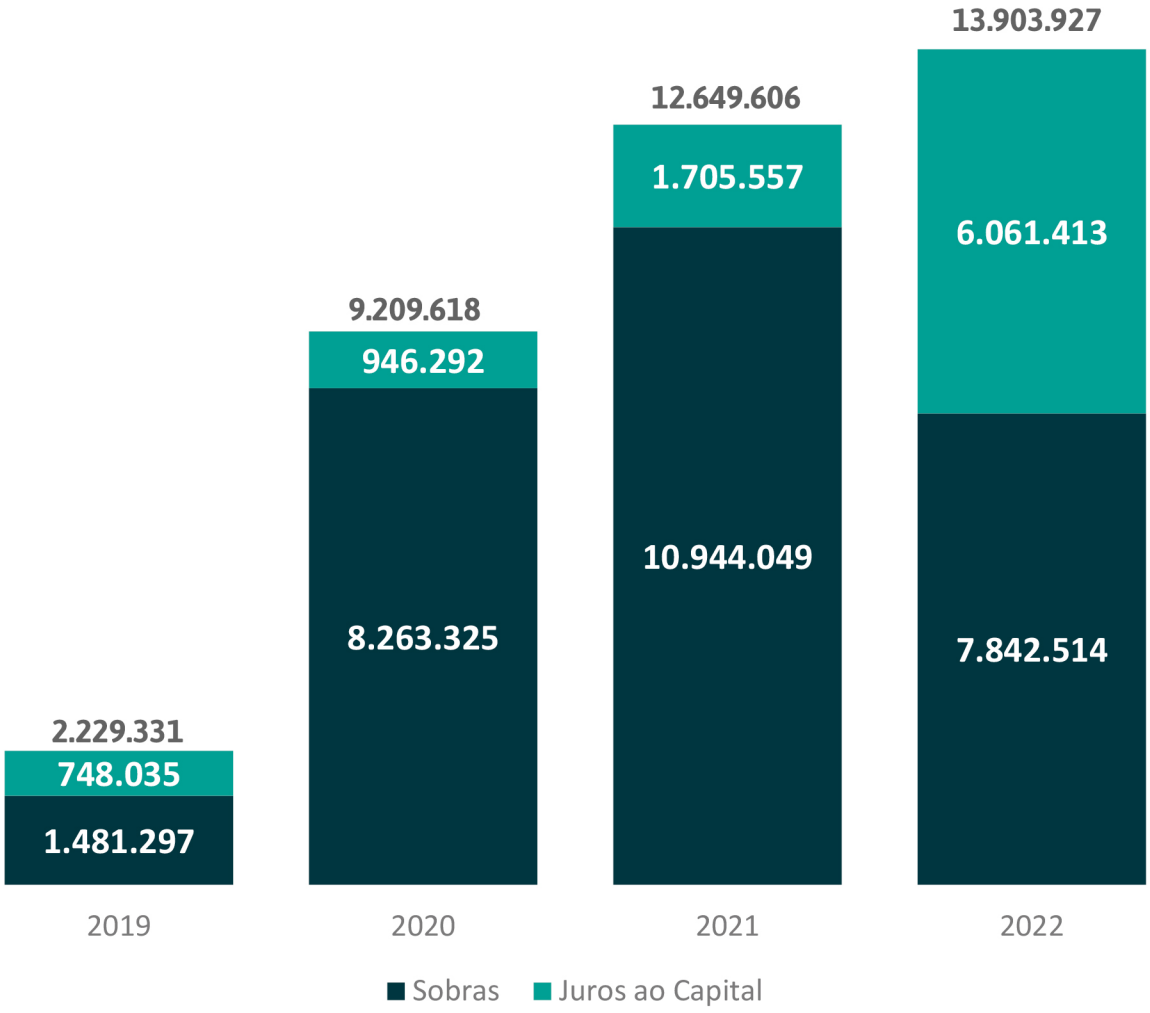
Fonte: SISBR Plataforma de Apoio a Decisão
Depósitos + Letras

Ativos



Fonte: SISBR Plataforma de Apoio a Decisão

Resultados



Fonte: SISBR Plataforma de Apoio a Decisão

Relatório da Administração 31 de dezembro de 2022

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB PAULISTA

Bem-vindos, associados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB PAULISTA.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por 342 cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB PAULISTA é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 88,95% nos níveis de “AA” a “C”.

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um departamento de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (Sicoob UniMais Rio e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regimento da Diretoria Executiva, o Regulamento Eleitoral e a Política de Sucessão.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o SICOOB PAULISTA registrou o total de 229 (duzentos e vinte e nove) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Das reclamações, 109 (cento e nove) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2022.

Unidade de Apresentação: reais.

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	9,92%	13.903.927,96	12.649.605,97
Patrimônio Líquido	32,39%	95.161.943,57	71.877.196,06
Ativos	48,33%	920.239.961,55	620.420.228,99
Depósitos na Centralização Financeira	72,07%	346.321.462,22	201.264.987,74

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	83,72%	37.727	20.535

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Rural	298,02%	28.171.546,72	7.078.002,78
Carteira Comercial	36,06%	545.596.779,01	400.987.467,23
Total	40,61%	573.768.325,73	408.065.470,01

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 19,51% da carteira, no montante de R$ 112.235.232,39.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	7,49%	130.496.147,77	121.399.585,06
Depósitos sob aviso	12,84%	14.109,67	12.504,12
Depósitos a prazo	71,42%	562.217.444,93	327.973.982,93
LCA	226,83%	3.697.885,19	1.131.451,35
LCI	47,54%	34.471.431,82	23.364.534,71
Total	54,24%	730.897.019,38	473.882.058,17

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 24,76% da captação, no montante de R$ 180.480.953,31.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	30,50%	91.385.968,18	70.026.997,31

8. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

PRESIDENTE PRUDENTE-SP, 10 de fevereiro de 2023.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB PAULISTA**, no uso das atribuições legais e estatutárias, após examinar o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Cooperativa em 31 de dezembro de 2022, com base no parecer dos Auditores Independentes – MOORE PRISMA Auditores e Consultores, contratados pela Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado de São Paulo – Sicoob Paulista declaram que os Atos da Administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis examinadas, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2022.

Presidente Prudente - SP, 08 de março de 2023.

JOSE APARECIDO BONILHA:54431123849

Assinado de forma digital por JOSE APARECIDO BONILHA:54431123849
Dados: 2023.03.14 12:37:07 -03'00'

José Aparecido Bonilha

Coordenador do Conselho Fiscal

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos associados e administradores da
Cooperativa de crédito de Livre Admissão do Estado de São Paulo - Sicoob Paulista
Presidente Prudente SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de crédito de Livre Admissão do Estado de São Paulo - Sicoob Paulista ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado de São Paulo - Sicoob Paulista em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 10 de fevereiro de 2023.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3

Julio Cesar Dias
Contador - CRC 1SP322496/O-1

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB PAULISTA
CNPJ: 10.262.276/0001-00
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em Reais

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		**920.239.961,55**	**620.420.228,99**
DISPONIBILIDADES	**4**	**5.859.349,33**	**7.222.123,00**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**935.442.346,16**	**617.489.578,89**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	-	1.203.493,43
Títulos e Valores Mobiliários	6	9.838.971,10	5.404.010,91
Relações Interfinanceiras	4	346.321.462,22	201.264.987,74
Centralização Financeira		346.321.462,22	201.264.987,74
Operações de Crédito	7	573.768.325,73	408.065.470,01
Outros Ativos Financeiros	8	5.513.587,11	1.551.525,80
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		**(34.273.778,70)**	**(17.080.836,29)**
(-) Operações de Crédito	7	(31.540.317,75)	(16.678.025,89)
(-) Outros ativos financeiros	8.1	(2.733.460,95)	(402.810,40)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	**9**	**541.353,30**	**559.889,94**
OUTROS ATIVOS	**10**	**6.617.823,78**	**6.429.079,42**
IMOBILIZADO DE USO	**11**	**13.168.826,39**	**11.552.043,45**
INTANGÍVEL	**12**	**795.635,71**	**704.995,75**
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	**11 e 12**	**(7.911.594,42)**	**(6.456.554,17)**
TOTAL DO ATIVO		**920.239.961,55**	**620.420.228,99**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**920.239.961,55**	**620.420.228,99**
DEPÓSITOS	**13**	**692.727.702,37**	**449.386.072,11**
Depósitos à Vista		130.496.147,77	121.399.585,06
Depósitos Sob Aviso		14.109,67	12.504,12
Depósitos a Prazo		562.217.444,93	327.973.982,93
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**118.531.650,96**	**85.174.161,74**
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	38.169.317,01	24.495.986,06
Relações Interfinanceiras	15	28.160.714,46	7.074.585,18
Repasses Interfinanceiros		28.160.714,46	7.074.585,18
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15	40.743.982,28	40.171.038,79
Outros Passivos Financeiros	16	11.457.637,21	13.432.551,71
PROVISÕES	**17**	**2.233.955,42**	**1.160.560,30**
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	**18**	**1.641.995,88**	**1.591.081,59**
OUTROS PASSIVOS	**19**	**9.942.713,35**	**11.231.157,19**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**20**	**95.161.943,57**	**71.877.196,06**
CAPITAL SOCIAL		60.614.091,61	42.241.427,19
RESERVAS DE SOBRAS		31.908.944,18	24.476.325,82
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		2.638.907,78	5.159.443,05
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**920.239.961,55**	**620.420.228,99**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB PAULISTA
CNPJ: 10.262.276/0001-00
DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**86.458.374,74**	**148.343.310,82**	**64.759.517,09**
Operações de Crédito	22	67.388.668,86	118.368.088,38	56.674.680,32
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4 (a)	19.069.705,88	29.955.654,70	-
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		-	19.567,74	8.084.836,77
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**23**	**(61.550.478,47)**	**(97.006.704,45)**	**(22.133.744,25)**
Operações de Captação no Mercado	13.d	(39.766.243,22)	(64.192.709,56)	(13.951.086,36)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.c	(3.605.846,03)	(6.270.266,62)	(1.859.964,92)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(18.178.389,22)	(26.543.728,27)	(6.322.692,97)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**24.907.896,27**	**51.336.606,37**	**42.625.772,84**
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		**(16.863.858,66)**	**(35.116.082,93)**	**(28.424.920,71)**
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	6.824.879,83	13.090.628,88	11.029.065,27
Rendas de Tarifas	25	4.415.924,09	8.245.658,31	6.263.497,73
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(13.982.822,23)	(27.518.753,53)	(22.083.418,54)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(16.450.676,46)	(31.289.262,89)	(22.182.865,07)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28	(325.764,08)	(605.618,52)	(1.023.931,23)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	4.594.622,57	6.979.847,02	3.744.906,60
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(1.940.022,38)	(4.018.582,20)	(4.172.175,47)
PROVISÕES	**31**	**(634.560,99)**	**(1.232.159,75)**	**(256.824,51)**
Provisões/Reversões para Contingências		(156.613,87)	(162.378,46)	15.362,23
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(477.947,12)	(1.069.781,29)	(272.186,74)
RESULTADO OPERACIONAL		**7.409.476,62**	**14.988.363,69**	**13.944.027,62**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	**32**	**(337.622,30)**	**(440.999,46)**	**304.543,02**
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**7.071.854,32**	**14.547.364,23**	**14.248.570,64**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**21**	**631.405,84**	**-**	**(620.023,64)**
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		390.671,39	-	(328.975,54)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		240.734,45	-	(291.048,10)
PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS		**(148.723,32)**	**(643.436,27)**	**(978.941,03)**
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		**7.554.536,84**	**13.903.927,96**	**12.649.605,97**
JUROS AO CAPITAL	**20.e**	**(3.576.947,75)**	**(6.061.412,80)**	**(1.705.557,35)**
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		**3.977.589,09**	**7.842.515,16**	**10.944.048,62**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB PAULISTA
CNPJ: 10.262.276/0001-00
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADOS ABRANGENTES
Em Reais

	2 º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	**7.554.536,84**	**13.903.927,96**	**12.649.605,97**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	**-**	**-**	**-**
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**7.554.536,84**	**13.903.927,96**	**12.649.605,97**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB PAULISTA
CNPJ: 10.262.276/0001-00
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020		**39.519.663,35**	**(2.132.924,27)**	**16.642.159,80**	**2.535.473,69**	**56.564.372,57**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas		-	-	1.267.736,85	(1.267.736,85)	-
Distribuição de sobras para associados		13.421,55	-	-	(1.267.736,84)	(1.254.315,29)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	20.a	7.682.450,79	134.990,14	-	-	7.817.440,93
Por Devolução (-)	20.a	(4.456.827,61)	-	-	-	(4.456.827,61)
Estorno de Capital		(173.809,14)	-	-	-	(173.809,14)
Reversão/Realização de Fundos	**20.d**	**-**	**-**	**-**	**1.329.026,03**	**1.329.026,03**
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		**-**	**-**	**-**	**12.649.605,97**	**12.649.605,97**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(1.705.557,35)	(1.705.557,35)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		1.654.462,38	-	-	-	1.654.462,38
Destinações das Sobras do Período:	**20.d**					
Fundo de Reserva		-	-	6.566.429,17	(6.566.429,17)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	(547.202,43)	(547.202,43)
Saldos em 31/12/2021		**44.239.361,32**	**(1.997.934,13)**	**24.476.325,82**	**5.159.443,05**	**71.877.196,06**

Continua...

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB PAULISTA
CNPJ: 10.262.276/0001-00
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Reais

...Continuação

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2021		**44.239.361,32**	**(1.997.934,13)**	**24.476.325,82**	**5.159.443,05**	**71.877.196,06**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Ao FATES	20.c	-	-	-	(500.000,00)	(500.000,00)
Constituição de Reservas	20.c	-	-	1.500.000,00	(1.500.000,00)	-
Distribuição de sobras para associados	20.c	3.128.655,42	-	-	(3.159.443,05)	(30.787,63)
Outros Eventos/Reservas	**20.b**	**-**	**-**	**970,64**	**-**	**970,64**
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	20.a	14.205.859,80	(995.153,50)	-	-	13.210.706,30
Por Devolução (-)	20.a	(3.709.465,90)	-	-	-	(3.709.465,90)
Estorno de Capital		(96.188,14)	-	-	-	(96.188,14)
Reversão/Realização de Fundos	**20.d**	**-**	**-**	**-**	**1.105.027,17**	**1.105.027,17**
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		**-**	**-**	**-**	**13.903.927,96**	**13.903.927,96**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(6.061.412,80)	(6.061.412,80)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	20.e	5.838.956,74	-	-	-	5.838.956,74
Destinações das Sobras do Período:	**20.d**					
Fundo de Reserva		-	-	5.931.647,72	(5.931.647,72)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	(376.986,83)	(376.986,83)
Saldos em 31/12/2022		**63.607.179,24**	**(2.993.087,63)**	**31.908.944,18**	**2.638.907,78**	**95.161.943,57**

Continua...

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB PAULISTA
CNPJ: 10.262.276/0001-00
DEMONSTRAÇÕES DAS SOBRAS OU PERDAS
Em Reais

...Continuação

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 30/06/2022		**50.664.589,95**	**(2.143.214,48)**	**25.976.325,82**	**3.864.926,07**	**78.362.627,36**
Outros Eventos/Reservas		**-**	**-**	**970,64**	**-**	**970,64**
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	20.a	9.021.030,60	(849.873,15)	-	-	8.171.157,45
Por Devolução (-)	20.a	(1.855.130,36)	-	-	-	(1.855.130,36)
Estorno de Capital		(62.267,69)	-	-	-	(62.267,69)
Reversão/Realização de Fundos	**20.d**	**-**	**-**	**-**	**1.105.027,17**	**1.105.027,17**
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		**-**	**-**	**-**	**7.554.536,84**	**7.554.536,84**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(3.576.947,75)	(3.576.947,75)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		5.838.956,74	-	-	-	5.838.956,74
Destinações das Sobras do Período:	**20.d**					
Fundo de Reserva		-	-	5.931.647,72	(5.931.647,72)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	(376.986,83)	(376.986,83)
Saldos em 31/12/2022		**63.607.179,24**	**(2.993.087,63)**	**31.908.944,18**	**2.638.907,78**	**95.161.943,57**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB PAULISTA
CNPJ: 10.262.276/0001-00
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**7.071.854,32**	**14.547.364,23**	**14.248.570,64**
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	29	(731.670,40)	(731.670,40)	(154.628,01)
Distribuição de Sobras e Dividendos	29	(4.203,26)	(138.164,25)	(109.620,75)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	23	18.178.389,22	26.543.728,27	6.322.692,97
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	31	477.947,12	1.069.781,29	272.186,74
Provisões/Reversões Não Operacionais	32	(15.000,00)	22.432,16	(226.860,49)
Provisões/Reversões para Contingências	31	156.613,87	162.378,46	(15.362,23)
Atualização de Depósitos em Garantia	29	(6.468,57)	(8.180,66)	(739,03)
Depreciações e Amortizações	27	754.985,32	1.641.788,56	1.933.205,84
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		**25.882.447,62**	**43.109.457,66**	**22.269.445,68**
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	1.203.493,43	(51.164,02)
Títulos e Valores Mobiliários		(731.670,40)	(4.434.960,19)	109.447.898,21
Relações Interfinanceiras		19.012,31	-	-
Operações de Crédito		(71.853.056,74)	(174.245.397,55)	(108.297.475,16)
Outros Ativos Financeiros		(3.270.757,07)	(4.762.124,68)	(766.076,19)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(233.491,22)	18.536,64	(427.191,84)
Outros Ativos		1.056.820,58	(211.176,52)	(2.822.217,67)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Depósitos à Vista		1.871.375,91	9.096.562,71	20.519.366,04
Depósitos sob Aviso		904,64	1.605,55	546,32
Depósitos a Prazo		131.381.184,31	234.243.462,00	101.063.995,25
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		4.022.292,71	13.673.330,95	17.375.952,37
Relações Interfinanceiras		13.034.518,69	21.086.129,28	5.431.871,98
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(931.144,40)	572.943,49	30.168.614,76
Outros Passivos Financeiros		11.064.253,70	(1.974.914,50)	7.334.487,66
Provisões		(15.000,04)	(158.764,63)	(199.326,30)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		648.458,59	628.830,70	133.859,43
Outros Passivos		(13.186.981,67)	(7.993.292,91)	(367.747,17)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES		-	(500.000,00)	-
FATES - Atos Cooperativos		(376.986,83)	(376.986,83)	(547.202,43)
Imposto de Renda Pago		-	(283.676,17)	(96.305,30)
Contribuição Social Pago		(14.740,00)	(294.240,24)	136.333,92
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		**98.367.440,69**	**128.398.818,19**	**200.307.665,54**
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos		-	119.485,62	109.620,75
Distribuição de Sobras da Central Recebidos		4.203,26	18.678,63	-
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		731.670,40	731.670,40	154.628,01
Aquisição de Intangível		(2.370,00)	(95.560,43)	(390.817,10)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(281.959,32)	(1.798.610,78)	(1.202.849,81)
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO / APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**451.544,34**	**(1.024.336,56)**	**(1.329.418,15)**
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		8.171.157,45	13.210.706,30	7.817.440,93
Devolução de Capital à Cooperados		(1.855.130,36)	(3.709.465,90)	(4.456.827,61)
Estorno de Capital		(62.267,69)	(96.188,14)	(173.809,14)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(30.787,63)	(1.254.315,29)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		5.838.956,74	5.838.956,74	1.654.462,38
Reversão/Realização de Fundos		1.105.027,17	1.105.027,17	1.329.026,03
Outros Eventos/Reservas		970,64	970,64	-
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		**13.198.713,95**	**16.319.219,18**	**4.915.977,30**
AUMENTO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**112.017.698,98**	**143.693.700,81**	**203.894.224,69**
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	240.163.112,57	208.487.110,74	4.592.886,05
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	352.180.811,55	352.180.811,55	208.487.110,74
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**112.017.698,98**	**143.693.700,81**	**203.894.224,69**

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB PAULISTA
SICOOB PAULISTA
CNPJ: 10.262.276/0001-00
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em Reais

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB PAULISTA**, doravante denominado **SICOOB PAULISTA**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **18/03/2008**, filiada à **Cooperativa Central de Economia e Crédito Sicoob UniMais Rio Ltda. – Sicoob UniMais Rio** e componente da **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN n° 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB PAULISTA, sediado à Avenida Joaquim Constantino, N° 2161, Vila Nova Prudente, Presidente Prudente - SP, possui 24 Postos de Atendimento (Pas) nas seguintes localidades: Osvaldo Cruz - SP, Presidente Epitácio - SP, Adamantina - SP, Panorama - SP, Garça - SP, Marília - SP Araçatuba - SP, Birigui – SP, Santa Cruz Do Rio Pardo - SP, Pirapozinho - SP, Presidente Prudente - SP, Dracena - SP, Paraíso – SP, Campinas - SP, Rio Claro - SP, Araras - SP, Santa Gertrudes - SP, Lucélia – SP, Cofasa – SP, Regente Feijó – SP, Barra Bonita – SP e Osasco – SP.

O SICOOB PAULISTA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

(i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
(ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

I definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;
ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;
iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:
a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;
b) mensurar os passivos:
b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;
b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação desse normativo, no que tange às

alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota nº 39.

Consolidação do Cosif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: **Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; **Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; **Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; **Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; **Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; **Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; **Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022**, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a **Instrução Normativa BCB n° 315**, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento.

Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

O estudo acerca das ações necessárias para atender o normativo foram iniciadas, porém aguarda novas instruções a serem emitidas pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor em 1º de março de 2023.

Resolução CMN n° 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prévia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.
Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

O SICOOB PAULISTA contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3 Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei n° 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Participações de Cooperativas, registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nª 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

n) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro rata die*".

p) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

q) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

t) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

u) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Nas Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

y) Instrumentos Financeiros

O SICOOB PAULISTA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.
Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

z) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4 Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	5.859.349,33	7.222.123,00
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	346.321.462,22	201.264.987,74
TOTAL	**352.180.811,55**	**208.487.110,74**

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB UNIMAIS RIO como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos", foram respectivamente:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira	19.069.705,88	29.955.654,70	-

5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ligadas Com Garantia	-	-	1.203.493,43	-
TOTAL	**-**	**-**	**1.203.493,43**	**-**

6 Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Participação Em Cooperativa Central De Crédito	-	9.799.994,41	-	5.365.034,22
Participação Em Empresa Controlada Por Cooperativa Central De Crédito	-	38.976,69	-	38.976,69
TOTAL	**-**	**9.838.971,10**	**-**	**5.404.010,91**

A partir de 1º/7/2022 os saldos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor do custo de aquisição, conforme a Resolução CMN n° 4.817/2020.

7 Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	311.940.311,79	204.634.312,40	**516.574.624,19**	217.958.538,61	162.130.786,74	**380.089.325,35**
Financiamentos	10.655.966,80	18.366.188,02	**29.022.154,82**	6.893.717,88	14.004.424,00	**20.898.141,88**
Financiamentos Rurais	15.733.585,60	12.437.961,12	**28.171.546,72**	1.828.304,01	5.249.698,77	**7.078.002,78**
Total de Operações de Crédito	**338.329.864,19**	**235.438.461,54**	**573.768.325,73**	**226.680.560,50**	**181.384.909,51**	**408.065.470,01**
(-) Provisões para Operações de Crédito	(19.869.138,45)	(11.671.179,30)	**(31.540.317,75)**	(9.227.048,70)	(7.450.977,19)	**(16.678.025,89)**
TOTAL	**318.460.725,74**	**223.767.282,24**	**542.228.007,98**	**217.453.511,80**	**173.933.932,32**	**391.387.444,12**

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	16.961.439,35	1.094.681,91	3.199.356,35	21.255.477,61	-	10.392.603,95	-
A	0,5%	Normal	142.015.993,53	6.763.470,46	10.598.998,78	159.378.462,77	(796.892,68)	125.219.808,53	(626.095,64)
B	1%	Normal	174.015.431,83	11.558.472,54	10.326.379,84	195.900.284,21	(1.959.003,21)	125.489.501,22	(1.254.891,61)
B	1%	Vencidas	2.041.108,66	-	-	2.041.108,66	(20.411,46)	103.657,99	(1.033,18)
C	3%	Normal	110.461.702,75	6.315.006,90	3.723.164,20	120.499.873,85	(3.614.996,59)	113.348.600,02	(3.400.454,60)
C	3%	Vencidas	10.555.169,37	722.687,03	-	11.277.856,40	(338.336,06)	1.284.975,43	(38.545,86)
D	10%	Normal	21.514.341,15	1.450.943,80	112.586,33	23.077.871,28	(2.307.787,50)	17.394.486,63	(1.739.445,25)
D	10%	Vencidas	7.041.626,25	334.447,35	-	7.376.073,60	(737.607,73)	784.865,52	(78.483,14)
E	30%	Normal	3.764.743,61	48.307,87	211.061,22	4.024.112,70	(1.207.234,18)	2.965.727,41	(889.714,81)
E	30%	Vencidas	6.194.668,29	273.662,78	-	6.468.331,07	(1.940.499,69)	1.804.968,37	(541.487,10)
F	50%	Normal	1.001.520,94	14.636,84	-	1.016.157,78	(508.079,26)	640.372,15	(320.182,67)
F	50%	Vencidas	3.929.444,50	45.766,17	-	3.975.210,67	(1.987.605,70)	871.610,98	(435.802,08)
G	70%	Normal	634.459,27	-	-	634.459,27	(444.121,85)	399.037,71	(279.322,99)
G	70%	Vencidas	3.856.983,18	27.364,60	-	3.884.347,78	(2.719.043,76)	975.612,30	(682.925,16)
H	100%	Normal	635.837,69	164.452,92	-	800.290,61	(800.290,61)	1.144.559,72	(1.144.559,72)
H	100%	Vencidas	11.950.153,82	208.253,65	-	12.158.407,47	(12.158.407,47)	5.245.082,08	(5.245.082,08)
Total Normal			**471.005.470,12**	**27.409.973,24**	**28.171.546,72**	**526.586.990,08**	**(11.638.405,88)**	**396.994.697,34**	**(9.654.667,29)**
Total Vencidos			**45.569.154,07**	**1.612.181,58**	**-**	**47.181.335,65**	**(19.901.911,87)**	**11.070.772,67**	**(7.023.358,60)**
Total Geral			**516.574.624,19**	**29.022.154,82**	**28.171.546,72**	**573.768.325,73**	**(31.540.317,75)**	**408.065.470,01**	**(16.678.025,89)**
Provisões			**(30.140.060,38)**	**(1.057.726,62)**	**(342.530,75)**	**(31.540.317,75)**		**(16.678.025,89)**	
Total Líquido			**486.434.563,81**	**27.964.428,20**	**27.829.015,97**	**542.228.007,98**		**391.387.444,12**	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	182.773.518,62	129.166.793,17	204.634.312,40	516.574.624,19
Financiamentos	3.019.593,03	7.636.373,77	18.366.188,02	29.022.154,82
Financiamentos Rurais	637.952,78	15.095.632,82	12.437.961,12	28.171.546,72
TOTAL	**186.431.064,43**	**151.898.799,76**	**235.438.461,54**	**573.768.325,73**

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	39.269.787,46	296.803,07	-	39.566.590,53	6,90%
Setor Privado - Indústria	10.498.957,66	694.854,18	-	11.193.811,84	1,95%
Setor Privado - Serviços	394.564.814,70	23.356.014,86	-	417.920.829,56	72,84%
Pessoa Física	71.802.401,30	4.674.482,71	28.171.546,72	104.648.430,73	18,24%
Outros	438.663,07	-	-	438.663,07	0,08%
TOTAL	**516.574.624,19**	**29.022.154,82**	**28.171.546,72**	**573.768.325,73**	**100%**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**16.678.025,89**	**15.132.360,42**
Constituições/ Reversões no período (nota 23)	23.404.833,69	5.789.424,91
Transferência para prejuízo no período	(8.542.541,83)	(4.243.759,44)
Saldo Final	**31.540.317,75**	**16.678.025,89**

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	7.793.841,15	1,29%	6.975.828,59	1,61%
10 Maiores Devedores	67.181.189,34	11,09%	47.963.384,61	11,10%
50 Maiores Devedores	189.282.585,32	31,26%	140.582.225,49	32,54%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**24.348.039,68**	**21.559.679,27**
Valor das operações transferidas no período	9.338.059,17	4.608.439,00
Valor das operações recuperadas no período (nota 7.g)	(3.125.385,81)	(1.411.468,00)
Valor das operações renegociadas no período	(88.012,77)	(7.505,97)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(303.495,20)	(514.777,99)
Saldo Final	**30.257.476,40**	**24.348.039,68**

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

h) Operações renegociadas

Em 31 de dezembro de 2022 as operações de crédito renegociadas pela Cooperativa apresentavam um montante total de R$ 83.304.515,70 (R$ 87.226.674,41 em 31 de dezembro 2021), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

8 Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

	31/12/2022		31/12/2021	
Descrição	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	3.458.071,98	-	555.568,24	-
Rendas a Receber (b)	724.936,14	-	427.801,22	-
Títulos e Créditos a Receber (c)	1.195.553,32	-	495.461,86	-
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	-	135.025,67	-	72.694,48
TOTAL	**5.378.561,44**	**135.025,67**	**1.478.831,32**	**72.694,48**

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R$ 46.967,20); Rendas de Cartões (R$ 601.617,71); e outros (R$ 76.351,23);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R$ 1.195.553,32);

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis Folha (R$ 30.317,83); Interposição de Recursos Trabalhistas (R$ 67.178,79); e depósitos processos cíveis (R$ 37.529,05).

8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

	31/12/2022		31/12/2021	
Descrição	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(2.733.460,95)	-	(402.810,40)	-
TOTAL	**(2.733.460,95)**	**-**	**(402.810,40)**	**-**

b) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
E	30%	Normal	1.284,56	1.284,56	(385,40)	-	-
E	30%	Vencidas	557.716,43	557.716,43	(167.314,95)	129.097,97	(38.729,42)
F	50%	Vencidas	309.902,68	309.902,68	(154.951,59)	106.553,56	(53.276,81)
G	70%	Vencidas	594.531,42	594.531,42	(416.172,12)	30.375,24	(21.262,70)
H	100%	Normal	49,97	49,97	(49,97)	-	-
H	100%	Vencidas	1.994.586,92	1.994.586,92	(1.994.586,92)	289.541,47	(289.541,47)
Total Normal			**1.334,53**	**1.334,53**	**(435,37)**	**-**	**-**
Total Vencidos			**3.456.737,45**	**3.456.737,45**	**(2.733.025,58)**	**555.568,24**	**(402.810,40)**
Total Geral			**3.458.071,98**	**3.458.071,98**	**(2.733.460,95)**	**555.568,24**	**(402.810,40)**
Provisões			**(2.733.460,95)**	**(2.733.460,95)**		**(402.810,40)**	
Total Líquido			**724.611,03**	**724.611,03**		**152.757,84**	

9 Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	541.353,30	-	559.889,94	-
TOTAL	**541.353,30**	**-**	**559.889,94**	**-**

10 Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	105.747,61	-	61.775,67	-
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	198.294,77	-	305.538,33	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	2.129,00	-	43,24	-
Devedores Diversos – País (a)	419.940,33	-	577.965,07	-
Material em Estoque	-	-	1.022,00	-
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	663.015,79	5.506.277,13	6.416.647,40	-
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Rec. (c)	(652.585,06)	-	(742.585,06)	-
Despesas Antecipadas (d)	640.175,45	-	73.844,01	-
Sem Característica de Concessão de Crédito	(265.171,24)	-	(265.171,24)	-
TOTAL	**1.111.546,65**	**5.506.277,13**	**6.429.079,42**	**-**

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R$ 89.364,16); Seguros Contratados a Receber (R$ 484,61); Pendências a Regularizar – Banco Sicoob (R$ 38.660,63); Diferença de Caixa (R$ 110,04); Pendências – Avais e Fianças Honrados (R$ 7.277,16); Valores Cra's – Cartórios (R$ 2.672,49); e outros (R$ 281.371,24);

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos".

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11 Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em Curso (a)		616.768,89	21.856,64
Edificações	4%	5.858,90	3.524,90
Instalações	10%	1.113.639,46	1.103.037,98
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.544.686,66	2.830.115,04
Sistema de Processamento de Dados	20%	3.027.303,54	2.742.094,30
Sistema de Segurança	10%	608.963,11	546.528,32
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4%	4.251.605,83	4.304.886,27
Total de Imobilizado de Uso		**13.168.826,39**	**11.552.043,45**
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(211,60)	(47,00)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(674.210,42)	(577.646,87)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(4.115.769,74)	(3.382.860,38)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(2.507.705,17)	(2.014.622,45)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		**(7.297.896,93)**	**(5.975.176,70)**
TOTAL		**5.870.929,46**	**5.576.866,75**

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

12 Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Sistemas De Processamento De Dados	20%	759.774,00	666.531,74
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	20%	35.861,71	38.464,01
Intangível		**795.635,71**	**704.995,75**
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(613.697,49)	(481.377,47)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		**(613.697,49)**	**(481.377,47)**
TOTAL		**181.938,22**	**223.618,28**

13 Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	130.496.147,77	-	121.399.585,06	-
Depósito Sob Aviso (b)	14.109,67	-	12.504,12	-
Depósito a Prazo (b)	558.427.778,20	3.789.666,73	327.500.326,62	473.656,31
TOTAL	**688.938.035,64**	**3.789.666,73**	**448.912.415,80**	**473.656,31**

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "*pro rata temporis*"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	20.889.110,46	2,87%	39.881.071,59	8,25%
10 Maiores Depositantes	129.608.201,31	17,78%	127.724.185,16	26,41%
50 Maiores Depositantes	263.482.799,80	36,14%	200.760.548,92	41,52%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(904,64)	(1.605,55)	(546,32)
Despesas de Depósitos a Prazo	(36.642.387,10)	(59.005.853,78)	(12.435.971,84)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(239.047,28)	(354.869,15)	(2.581,35)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(2.390.860,38)	(3.949.565,37)	(941.808,91)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(493.043,82)	(880.815,71)	(570.177,94)
TOTAL	**(39.766.243,22)**	**(64.192.709,56)**	**(13.951.086,36)**

14 Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

	31/12/2022		31/12/2021	
Descrição	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	34.471.431,82	-	23.364.534,71	-
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	3.276.725,27	421.159,92	-	1.131.451,35
TOTAL	**37.748.157,09**	**421.159,92**	**23.364.534,71**	**1.131.451,35**

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

15 Relações Interfinanceiras / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

	31/12/2022		31/12/2021	
Instituições	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Recursos do Banco Sicoob	15.724.647,46	12.436.067,00	1.824.886,41	5.249.698,77
TOTAL	**15.724.647,46**	**12.436.067,00**	**1.824.886,41**	**5.249.698,77**

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 7,28% ao ano, com vencimento até 10/12/2024.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	7.773.594,08	-	-	-
Banco Sicoob	-	32.970.388,20	40.171.038,79	-
TOTAL	**7.773.594,08**	**32.970.388,20**	**40.171.038,79**	**-**

As taxas de juros praticadas nas operações de empréstimo com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 0,07% ao mês, com vencimento até 28/03/2024. As operações com Recursos da Central correspondem a uma taxa média de 105% do CDI.

c) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(2.960.942,55)	(5.250.285,45)	(1.859.964,92)
Cooperativa Central	(644.903,48)	(1.019.981,17)	-
TOTAL	**(3.605.846,03)**	**(6.270.266,62)**	**(1.859.964,92)**

16 Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	11.246.191,82	-	13.213.178,28	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	45.363,09	-	22.188,67	-
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	166.082,30	-	197.184,76	-
TOTAL	**11.457.637,21**	**-**	**13.432.551,71**	**-**

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Ordens de Pagamento (R$ 11.227.908,64); e outros (R$ 18.283,18);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R$ 159.450,24); e outros (R$ 6.632,06).

17 Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	1.854.058,31	63.569,58	780.929,89	66.916,71
Provisão Para Contingências (b)	-	316.327,53	-	312.713,70
TOTAL	**1.854.058,31**	**379.897,11**	**780.929,89**	**379.630,41**

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Coobrigações Prestadas	51.736.899,91	32.649.565,65
TOTAL	**51.736.899,91**	**32.649.565,65**

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais (nota 8.d) relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS FOLHA	49.115,53	30.317,83	-	-
Trabalhistas	199.000,00	67.178,79	210.000,00	61.756,02
Outras Contingências	68.212,00	37.529,05	102.713,70	10.938,46
TOTAL	**316.327,53**	**135.025,67**	**312.713,70**	**72.694,48**

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB PAULISTA, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando **R$ 304.365,74**. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	176.643,22	-	754.559,63	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	79.591,20	-	73.614,82	-
Impostos e Contribuições sobre Salários	684.786,62	-	566.032,98	-
Outros	700.974,84	-	196.874,16	-
TOTAL	**1.641.995,88**	**-**	**1.591.081,59**	**-**

19 Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Transações	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	2.408.088,94	-	4.337.664,51	-
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	658.500,49	-	473.604,52	-
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	3.807.071,01	-	2.797.575,14	-
Credores Diversos – País (d)	3.069.052,91	-	3.606.481,12	-
Rendas Antecipadas	-	-	15.831,90	-
TOTAL	**9.942.713,35**	**-**	**11.998.615,55**	**-**

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Gratificações e Participações a Pagar	147.281,55	-	1.352.585,24	-
Sobras Liquidas a Distribuir	10.107,71	-	10.107,71	-
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	1.873.712,85	-	2.369.944,39	-
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	376.986,83	-	605.027,17	-
TOTAL	**2.408.088,94**	**-**	**4.337.664,51**	**-**

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do *Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF*. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registrados Despesas de Pessoal (R$ 1.565.692,27); Custos de Transações Interfinanceiras (R$ 143.359,41); Seguro Prestamista (R$ 974.315,79); Despesas com Cartões (R$ 102.312,16); Compensação (R$ 282.509,73); Aluguéis (R$ 251.913,88); Segurança e Vigilância (R$ 126.460,04); e outros (R$ 360.507,73);

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R$ 58.549,52); Valores a Repassar à Cooperativa Central (R$ 106.659,56); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R$ 117.319,23); Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R$ 1.875.112,76); Créditos de Terceiros – Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda (R$ 520.661,63); Diferença de Caixa (R$ 118.253,78); e outros (R$ 272.496,43).

20 Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No ano de 2022, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R$ 13.210.706,30 (R$ 7.817.440,93 em 2021), com recursos provenientes dos associados, e ocorreram devoluções no montante de R$ 3.709.465,90 (R$ 4.456.827,61 em 2021).

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	60.614.091,61	42.241.427,19
Associados	37.727	20.535

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 2022 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R$ 970,64.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **2022** em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2021** da seguinte forma:

- Para o Fundo de Reserva, no valor de R$ 1.500.000,00;
- Para os Associados, no valor de R$ 3.159.443,05;
- Para o FATES, no valor de R$ 500.000,00.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	**7.842.515,16**	**10.944.048,62**
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	1.105.027,17	-
(-) Absorção Estatutária	(1.407.805,81)	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	**7.539.736,52**	**10.944.048,62**
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (60%)	(4.523.841,91)	(6.566.429,17)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos (5%)	(376.986,83)	(547.202,43)
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	-	1.329.026,03
Sobra à disposição da Assembleia Geral	**2.638.907,78**	**5.159.443,05**

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de **2022**, no montante de **R$ 6.061.412,80**. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

21 Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receita de prestação de serviços	**7.857.728,41**	**7.508.404,58**
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.669.923,46)	(1.252.549,79)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(2.305.640,52)	(3.507.602,00)
Resultado operacional	**3.882.164,43**	**2.748.252,79**
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(440.999,46)	304.543,02
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**3.441.164,97**	**3.052.795,81**
IRPJ/CSLL	-	(620.023,64)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e Res. 145/16	(5.679.587,84)	(4.519.532,97)
Resultado de atos não cooperativos	**(2.238.422,87)**	**(2.086.760,80)**

22 Receitas de Operações de Crédito

Descrição	**2º sem/22**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	691.717,64	1.188.936,87	616.506,50
Rendas de Empréstimos	51.093.962,94	90.146.348,10	45.560.170,22
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	10.691.046,89	18.195.565,64	7.299.658,70
Rendas de Financiamentos	2.522.124,60	4.582.188,42	1.655.146,85
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	231.014,25	293.131,01	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	346.465,00	519.136,98	74.867,67
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	191.441,19	291.307,30	57.289,88
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	22.276,44	26.088,25	-
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo (nota 7.g)	1.598.619,91	3.125.385,81	1.411.468,00
(-) Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-	-	(427,50)
TOTAL	**67.388.668,86**	**118.368.088,38**	**56.674.680,32**

23 Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	**2º sem/22**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Despesas De Captação (nota 13.d)	(39.766.243,22)	(64.192.709,56)	(13.951.086,36)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses (nota 15.c)	(3.605.846,03)	(6.270.266,62)	(1.859.964,92)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito (nota 7.e)	6.735.720,93	11.786.659,82	11.689.454,77
Reversões de Provisões para Outros Créditos	123.179,36	162.370,81	38.910,17
Provisões para Operações de Crédito (nota 7.e)	(22.614.862,42)	(35.191.493,51)	(17.478.879,68)
Provisões para Outros Créditos	(2.422.427,09)	(3.301.265,39)	(572.178,23)
TOTAL	**(61.550.478,47)**	**(97.006.704,45)**	**(22.133.744,25)**

24 Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Cobrança	2.827.484,14	5.184.149,43	4.411.092,54
Rendas de Garantias Prestadas	12.059,51	17.172,48	21.343,80
Rendas de Convênios	145.128,58	286.493,16	270.045,19
Rendas de Comissão	2.266.672,75	4.752.463,69	4.267.985,28
Rendas de Credenciamento	70,00	18.047,49	68.328,69
Rendas de Cartões	1.114.447,36	1.935.653,52	1.416.550,21
Rendas de Outros Serviços	459.017,49	896.649,11	573.719,56
TOTAL	**6.824.879,83**	**13.090.628,88**	**11.029.065,27**

25 Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	484.118,36	667.588,86	696.415,22
Rendas de Serviços Prioritários - PF	313.555,21	564.634,89	362.111,68
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	350,00	400,00	151,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	3.617.900,52	7.013.034,56	5.204.819,83
TOTAL	**4.415.924,09**	**8.245.658,31**	**6.263.497,73**

26 Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(54.257,00)	(110.064,20)	(90.920,76)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(586.259,99)	(1.470.916,73)	(1.860.013,52)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(3.228.997,01)	(5.862.981,70)	(4.138.105,02)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.341.730,14)	(4.712.564,35)	(4.142.039,86)
Despesas de Pessoal - Proventos	(7.063.261,99)	(14.041.693,71)	(11.362.028,38)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(34.586,01)	(69.088,51)	(34.853,02)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(673.730,09)	(1.251.444,33)	(455.457,98)
TOTAL	**(13.982.822,23)**	**(27.518.753,53)**	**(22.083.418,54)**

27 Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(208.234,92)	(503.790,37)	(426.822,99)
Despesas de Aluguéis	(2.318.195,64)	(4.470.673,53)	(3.298.471,59)
Despesas de Comunicações	(463.766,65)	(1.001.306,35)	(1.075.578,19)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(697.133,74)	(1.392.699,13)	(1.115.777,39)
Despesas de Material	(119.786,80)	(202.916,46)	(208.817,63)
Despesas de Processamento de Dados	(1.599.617,99)	(2.878.670,73)	(1.646.860,43)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(611.335,28)	(1.402.964,20)	(788.440,97)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(629.338,31)	(1.068.429,75)	(414.169,34)
Despesas de Publicações	(20.554,60)	(31.462,60)	(281.184,28)
Despesas de Seguros	(137.903,09)	(254.824,54)	(165.222,66)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.824.617,82)	(5.778.033,48)	(3.954.368,70)
Despesas de Serviços de Terceiros	(789.068,55)	(1.348.955,76)	(699.139,05)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(889.398,54)	(1.764.081,48)	(1.681.011,86)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.007.845,52)	(2.073.476,65)	(1.474.435,94)
Despesas de Transporte	(533.632,31)	(1.028.372,03)	(865.996,10)
Despesas de Viagem ao Exterior	(6,78)	(6,78)	-
Despesas de Viagem no País	(501.005,77)	(865.967,34)	(243.326,29)
Despesas de Amortização	(32.309,09)	(137.240,49)	(402.219,14)
Despesas de Depreciação	(722.676,23)	(1.504.548,07)	(1.530.986,70)
Despesas de Emolumentos Cartorários	(207.960,72)	(310.151,50)	(261.706,48)
Despesas de Ações Judiciais	(427,41)	(427,41)	(12.683,97)
Despesas Rateadas da Central	(673.332,43)	(1.073.518,53)	(532.883,28)
Despesas Rateadas do Sicoob Confederação	(261.127,86)	(433.976,99)	(251.926,26)
Despesa de Contribuição a OCE	(68.906,82)	(134.177,62)	(114.185,99)
Despesas do Centro de Serv. Compartilhados - CCS	(160.358,76)	(334.844,70)	(104.082,84)
Outras Despesas Administrativas	(972.134,83)	(1.293.746,40)	(632.567,00)
TOTAL	**(16.450.676,46)**	**(31.289.262,89)**	**(22.182.865,07)**

28 Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(74.714,17)	(128.304,14)	(263.488,34)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(163.784,70)	(329.038,24)	(305.707,43)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(61.038,90)	(61.038,90)	(300.336,19)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(26.226,31)	(87.237,24)	(152.220,75)
Desp. Atualização de Impostos e Contribuições	-	-	(2.178,52)
TOTAL	**(325.764,08)**	**(605.618,52)**	**(1.023.931,23)**

29 Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	51.802,03	101.229,65	20.520,87
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	740.925,86	740.925,86	145.369,32
Dividendos	-	119.485,62	109.620,75
Distribuição de sobras da central	4.203,26	18.678,63	-
Atualização depósitos judiciais	6.468,57	8.180,66	739,03
Rendas de Repasses Interfinanceiros	77.022,04	135.116,50	72.043,87
Outras rendas operacionais	15.436,64	53.400,25	92.289,19
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	2.967.093,77	5.071.159,45	3.150.676,29
Juros ao Capital Recebidos da Central	731.670,40	731.670,40	153.647,28
TOTAL	**4.594.622,57**	**6.979.847,02**	**3.744.906,60**

30 Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	-	-	(0,04)
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(24.613,16)	(38.546,23)	(11.851,68)
Outras Despesas Operacionais	(493.616,03)	(869.685,05)	(1.361.981,22)
Despesa com Correspondentes Cooperativos	(16.095,68)	(17.463,79)	(1.019,95)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(643.029,96)	(1.151.238,49)	(1.185.675,33)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(90.479,20)	(357.742,23)	(186.045,91)
Perdas - Fraudes Externas	(12.096,48)	(13.846,48)	(2.000,00)
Perdas - Demandas Trabalhistas	(910,61)	(910,61)	(78.070,52)
Perdas - Práticas Inadequadas	(3.708,30)	(13.282,99)	(6.504,79)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	-	(43,24)	(10.000,00)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(655.472,96)	(1.555.823,09)	(1.329.026,03)
TOTAL	**(1.940.022,38)**	**(4.018.582,20)**	**(4.172.175,47)**

31 Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Contingências	**(156.613,87)**	**(162.378,46)**	**15.362,23**
Provisões para Demandas Trabalhistas	(174.000,00)	(174.000,00)	-
Provisões para Contingências	(163.562,98)	(169.327,57)	(8.000,00)
Reversões de Provisões para Contingências	180.949,11	180.949,11	23.362,23
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	**(477.947,12)**	**(1.069.781,29)**	**(272.186,74)**
Provisões para Garantias Prestadas	(1.510.707,66)	(2.619.177,17)	(1.066.084,54)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	1.032.760,54	1.549.395,88	793.897,80
TOTAL	**(634.560,99)**	**(1.232.159,75)**	**(256.824,51)**

32 Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	141,04	2.058,10	84.273,55
Ganhos de Capital	39.547,55	63.865,25	269.607,22
Reversão de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	15.000,00	15.000,00	508.890,44
Outras Rendas Não Operacionais	-	57,72	-
(-) Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(11.285,21)	(37.106,21)	(86.344,15)
(-) Prejuízos em Transações com Outros Valores De Bens	(328.905,80)	(328.905,80)	(50.717,72)
(-) Perdas de Capital	(48.630,63)	(96.902,94)	(89.664,78)
(-) Despesas de Provisões P/ Desvalorização de Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	-	(37.432,16)	-
(-) Despesas de Outras Provisões Não Operacionais	-	-	(282.029,95)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(3.489,25)	(21.633,42)	(49.471,59)
TOTAL	**(337.622,30)**	**(440.999,46)**	**304.543,02**

33 Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

34 Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

34.1 Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) **Montante das operações ativas e passivas**:
Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	7.632.881,61	0,4977%	37.501,57
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	260.892,63	0,0170%	1.302,04
TOTAL	**7.893.774,24**	0,5147%	**38.803,61**
Montante das Operações Passivas	20.249.628,21	2,3471%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022	
Empréstimos e Financiamentos	0,3095%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0135%
Crédito Rural (modalidades)	0,1654%
Aplicações Financeiras	2,3470%

b) **Operações ativas e passivas:**
Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	523.483,01	3.389,98	4,9295%
Conta Garantida	65.209,83	652,10	0,2266%
Financiamentos Rurais	1.541.260,73	15.412,61	5,4710%
Empréstimos	7.196.054,56	75.641,75	1,8170%
Financiamentos	136.308,36	1.271,91	0,4697%
Direitos Creditórios Descontados	23.541,84	-	0,0290%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	2.723.926,34	2,0998%	0%
Depósitos a Prazo	16.600.473,69	2,9526%	1,3516%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	20.551,58	0,5558%	1,0498%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	12.092,48	0,0351%	0,8889%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	2,6120%	4,79
Empréstimos	0,9657%	29,46
Financiamentos	1,1425%	41,17
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	101,4400%	138,58
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1,0559%	12,03
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,9436%	6,87

Conforme a *Política de Crédito do Sistema Sicoob*, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	767.850,44
Crédito Rural	3.162.010,73
Direitos Creditórios Descontados	47.083,68
Empréstimos	22.195.862,42
Financiamentos	805.313,45

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de Outras Coobrigações	718.572,95	748.491,82

f) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(123.828,94)	(351.524,33)	(399.482,78)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(586.259,99)	(1.470.916,73)	(1.860.013,52)
Plano de Saúde	(7.314,01)	(16.892,12)	(5.128,51)

34.2 Cooperativa Central

A SICOOB PAULISTA, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB UNIMAIS RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNIMAIS RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB UNIMAIS RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB PAULISTA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB UNIMAIS RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB UNIMAIS RIO:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira – (nota 4)	346.321.462,22	201.264.987,74
Ativo – Títulos e Valores Mobiliários – Partic. em Coop. Central (nota 6)	9.799.994,41	5.365.034,22
Total das Operações Ativas	**356.121.456,63**	**206.630.021,96**
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses (nota 15.b)	7.773.594,08	-
Total de Operações Passivas	**7.773.594,08**	**-**

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB UNIMAIS RIO:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Ingressos de Depósitos Intercooperativos (nota 4(a))	19.069.705,88	29.955.654,70	-
Total das Receitas	**19.069.705,88**	**29.955.654,70**	**-**
Despesas de operações de empréstimos e repasses	(644.903,48)	(1.019.981,17)	-
Rateio de Despesas da Central	(673.332,43)	(1.073.518,53)	(532.883,28)
Total das Despesas	**(1.318.235,91)**	**(2.093.499,70)**	**(532.883,28)**

35 Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	91.385.968,18	70.026.997,31
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	603.155.342,78	416.069.392,92
Índice de Basiléia (mínimo 12%) %	15,15	16,83

36 Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição Previdência Privada	(12.460,86)	(18.819,53)	(1.374,42)
TOTAL	**(12.460,86)**	**(18.819,53)**	**(1.374,42)**

37 Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A *Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos* e a *Política Institucional de Gerenciamento de Capital*, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

37.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

37.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado* e do *Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
b) os limites máximos do risco de mercado;
c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

37.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na *Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira*, na *Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez* e no *Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez*, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
a.1) limite mínimo de liquidez;
a.2) fluxo de caixa projetado;
a.3) aplicação de cenários de estresse;
a.4) definição de planos de contingência.
b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.
São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a *Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)* na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

37.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

37.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na *Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios*, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

38 Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

39 Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional "IFRS 9 – Instrumentos Financeiros".

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de "DE-PARA" do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;
Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

PRESIDENTE PRUDENTE-SP

MARCOS ANTONIO DA SILVA
DIRETOR GERAL

ELAINE CRISTINA NETO
CONTADORA – CRC/MG 082.177/ O-054

15 anos de transparência com você!

SICOOB PAULISTA
Instituição Financeira Cooperativa

15 anos